

## Financiamento

O financiamento desta iniciativa pública é assegurado pelo PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia (ex - POE) e, pelo Programa Fundo Social Europeu, através da Medida 2.3 - Apoio para a qualificação de recursos humanos.

## Execução

A implementação do projecto é da responsabilidade da Direcção Geral de Geologia e Energia, que assegurou a colaboração de quatro instituições encarregadas de executar tarefas específicas, sempre em articulação entre si, desenvolvendo e explorando sinergias.

### INSTITUIÇÃO

ÁREA DE INTERVENÇÃO	
Agência para a Energia – ADENE	Promoção de Imagem
Observatório	
Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação – INETI	Certificação de Qualidade
Sociedade Portuguesa de Energia Solar – SPES	Promoção de Imagem
Associação Portuguesa da Indústria Solar – APISOLAR	Promoção de Imagem

### Contactos

Para mais informações, consultar [www.aguaquentesolar.com](http://www.aguaquentesolar.com) ou contactar:

**DGGE** | Direcção Geral de Geologia e Energia, Avenida 5 de Outubro, n.º87, 1069-039 LISBOA

**ADENE** | Agência para a Energia, Estrada de Alfragide, Praceta 1, n.º47, Alfragide, 2720-537 AMADORA

**INETI** | Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Estrada do Paço do Lumiar, 1649-038 LISBOA

**SPES** | Edifício M1, Campus do INETI, Estrada do Paço do Lumiar, 1649-038 LISBOA

**APISOLAR** | Rua das Lagoas, Campo Raso, 2710-142 SINTRA

# água quente solar

criar um mercado sustentável de colectores solares com garantia de qualidade para o aquecimento de água em Portugal

Iniciativa executada por



APISOLAR

Iniciativa promovida e financiada por



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



Direcção Geral de Geologia e Energia



## Enquadramento

Embora Portugal seja um dos países da Europa com maior incidência de radiação solar - cerca de 3 mil horas de sol por ano em algumas regiões - verifica-se que o mercado nacional de colectores solares para o aquecimento de água tem uma dimensão muito inferior à de outros países e que o aproveitamento deste recurso renovável está muito longe de atingir o potencial de 2,8 milhões de m<sup>2</sup> de colectores solares, estimado pelo FORUM Energias Renováveis em Portugal em 2001.

Em finais desse mesmo ano, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2001, de 19 de Outubro, foi lançado o programa Eficiência Energética e Energias Endógenas, Programa E4, o qual reúne um conjunto de medidas para melhorar a eficiência energética e o aproveitamento das energias renováveis em Portugal, entre as quais a promoção do recurso a colectores solares para aquecimento de água, quer nos sectores residencial e serviços, quer na indústria : programa Água Quente Solar para Portugal (AQSpP).

Para potenciar este programa e aumentar a contribuição da energia solar para aquecimento de água, o Programa Operacional da Economia, POE (actual PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia), aprovou a iniciativa pública AQSpP promovida pela Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE), potenciando sinergias entre várias instituições com vista à sua concretização: a Agência para a Energia (ADENE), o Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI), a Sociedade Portuguesa de Energia Solar (SPES) e a Associação Portuguesa da Indústria Solar (APISOLAR).



## Objectivo

O objectivo específico do programa Água Quente Solar para Portugal é a criação de um mercado sustentável de colectores solares para o aquecimento de água, com ênfase na vertente "Garantia da Qualidade", de cerca de 150 000 m<sup>2</sup> de colectores por ano, que poderá conduzir a uma meta da ordem de 1 milhão de m<sup>2</sup> de colectores instalados e operacionais até 2010.

## Linhas de intervenção

As grandes linhas de intervenção da IP-AQSpP foram definidas para fazer face às maiores dificuldades que inibem o desenvolvimento da energia solar, nomeadamente:

- > a sua fraca credibilidade junto dos utilizadores devido à falta de qualidade da maioria dos equipamentos e das instalações da década de 80;
- > a percepção de custo elevado dos equipamentos pelos utilizadores.

As linhas de intervenção previstas preconizam ainda:

- > a divulgação dos incentivos fiscais no IRS (30% do custo do sistema até um máximo de 700 euros);
- > a divulgação dos incentivos de apoio directo ao investimento disponíveis no MAPE (Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos), que podem atingir 40% dos investimentos em sistemas de colectores solares;
- > a promoção de um novo conceito: a venda do serviço de energia sob a forma de água quente solar, que retira todo o risco ao utilizador final por garantir-lhe só o pagamento da água quente consumida a um preço contratado;
- > o acompanhamento do desenvolvimento dos programas instituídos através de um Observatório.

Assim, são três as linhas de intervenção contempladas na IP-AQSpP, integrando cada uma delas um conjunto de acções a desenvolver.

## A. Promoção de imagem

Propõe-se explorar o interesse económico e social da opção "energia solar" para o aquecimento de água, através da divulgação de uma mensagem que realce os benefícios para o consumidor da utilização deste vasto recurso energético, nomeadamente através de campanhas dirigidas ao grande público e aos profissionais do sector, a criação de uma linha verde e o desenvolvimento de um website dedicado na Internet, onde estarão disponíveis informações técnicas e listagens de instaladores e equipamentos certificados.

## B. Certificação de qualidade

Esta linha de intervenção propõe introduzir o conceito de garantia de qualidade dos componentes e das instalações, gerando maior confiança nos utilizadores, mediante:

- > certificação obrigatória de colectores e sistemas solares térmicos, na sequência de ensaios de qualificação;
- > formação e certificação de profissionais (projectistas e instaladores), sendo obrigatório o recurso a instaladores certificados para acesso aos apoios e incentivos fiscais;
- > garantia mínima dos equipamentos de 6 anos.

## C. Observatório

A tarefa prioritária do Observatório é acompanhar a implementação do programa AQSpP, analisando o que se faz no terreno, através da instituição de uma metodologia de apreciação permanente e referenciada dos componentes, instalações e instaladores, bem como das exigências dos utilizadores face a este produto, para permitir uma avaliação do progresso e a identificação de medidas correctivas que venham a provar-se desejáveis.